



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE  
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS  
SOCIAIS APLICADAS  
E A COMPETÊNCIA NO  
DESENVOLVIMENTO  
HUMANO**



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE  
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS  
SOCIAIS APLICADAS  
E A COMPETÊNCIA NO  
DESENVOLVIMENTO  
HUMANO**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Natália Sandrini

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná



Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco



Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof<sup>a</sup> Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 As ciências sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-38-6

DOI 10.22533/at.ed.386200903

1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 301

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book as “*Ciências Sociais Aplicadas e a Competência do Desenvolvimento Humano*” através de 2 volumes em que estão dispostos 51 artigos.

No primeiro volume estão disponíveis 29 artigos divididos em duas seções. A primeira seção ***Estado e Políticas Públicas*** apresenta artigos com temas relacionados às funções e formas de atuação do Estado diante das previsões legais e demandas voltadas para o atendimento a situações de vulnerabilidade e risco sociais expressas através dos conflitos e desigualdades que permeiam a sociedade contemporânea, o que vem sendo materializado através das diversas políticas públicas implementadas.

São contemplados também no primeiro volume através da seção ***Desenvolvimento Local Sustentável*** a relação com a política agroambiental, agricultura familiar, questões de gênero e aspectos culturais.

O segundo volume do e-book contempla 22 artigos organizados através de três seções, sendo: ***Política Econômica e Gestão Financeira***, em que são apresentados estudos principalmente relacionados a questão contábil e gestão financeira em âmbito familiar, no entanto, não deixa de apontar a relação com a política econômica, o que é tratado de forma mais ampliada através do primeiro artigo da seção voltado para o estudo do pagamento da dívida externa brasileira entre o deficit e o superavit.

Os artigos que se relacionam com a ***Cultura Organizacional*** contemplam estudos voltados para a compreensão e análise das características do mercado brasileiro, desafios e potencialidades expressas através da presença da inovação tecnológica, desenvolvimento de competências gerenciais, processos de comunicação e capital intelectual.

O e-book é encerrado com a seção ***Ensino e Pesquisa***, em que são apresentados oito artigos que abordam metodologias de pesquisa e de ensino e o uso de métodos e referenciais teóricos que contribuem para os processos de formação e desenvolvimento da ciência no Brasil.

Boa leitura a todos!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

# SUMÁRIO

## ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO: PROTEÇÃO DA BUROCRACIA OU DOS BUROCRATAS?	
Kamila Pagel de Oliveira Gabriel Maggi Vieira Luana de Castro Lopes Mariana Marcatto do Carmo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3862009031</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>26</b>
A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES NO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MINAS GERAIS	
Izabelle Maria Santos Cária Marconi Martins de Laia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3862009032</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>39</b>
A REDE DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS: COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
Sidiane dos Santos Alvaristo Tiago Luiz Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3862009033</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>46</b>
CUSTO NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS PUBLICADOS NO CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTO 2011 A 2015	
Luciene de Souza Borges Ricardo Neves Borges	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3862009034</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>59</b>
VULNERABILIDADES E DESAFIOS DAS PESSOAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA EM RONDON DO PARÁ	
Ingrid Gomes Bassi Mateus Paixão Cardoso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3862009035</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>63</b>
O IMPACTO DO FEMINICÍDIO EM GRUPOS ÉTNICOS NO BRASIL	
Joelmara Furtado dos Santos Pereira Evandro Costa Pereira Janaína Arruda Aragão Samara Letícia Mendonça Pereira Franco Celso da Silva Gomes Luzinete Pontes Brandão Loysianne Nascimento Araújo Lopes Givaldo de Jesus Pinheiro Lopes Rafaela Duailibe Soares	



Francisca Bruna Arruda Aragão  
DOI 10.22533/at.ed.3862009036

**CAPÍTULO 7 ..... 72**

REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA, MASCULINIDADE E RACISMO

Wilma Lucia Rodrigues Pessoa  
Nivia Valença Barros

DOI 10.22533/at.ed.3862009037

**CAPÍTULO 8 ..... 86**

OS AVANÇOS NAS DISCUSSÕES SOBRE VELHICE E ENVELHECIMENTO E SUA INFLUÊNCIA NOS CONCEITOS ATUAIS

Thânia Mara Kaminski Jacon  
Paola Andressa Scortegagna

DOI 10.22533/at.ed.3862009038

**CAPÍTULO 9 ..... 100**

PERSPECTIVA MIGRACIONAL NO PARADOXO ENTRE A MOBILIDADE TRANSNACIONAL E A REPRESSÃO PELA SECURITIZAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA

Marinês Ivanowski Kochi

DOI 10.22533/at.ed.3862009039

**CAPÍTULO 10 ..... 113**

PRÁTICAS COMUNS DE BARGANHA: A GUERRA FISCAL ENTRE UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Edilene Mayumi Murashita Takenaka  
Alan Edimilson da Silva

DOI 10.22533/at.ed.38620090310

**CAPÍTULO 11 ..... 123**

PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO NA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA SAÚDE PÚBLICA

Gabriela Perusatto Llano  
Nelson José Thesing  
Patrícia Luiza Schuh  
Dieter Siedenberg  
Sérgio Luís Allebrandt

DOI 10.22533/at.ed.38620090311

**CAPÍTULO 12 ..... 138**

REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Lucas Braga da Silva  
Lucivania Pereira Gloria

DOI 10.22533/at.ed.38620090312

**CAPÍTULO 13 ..... 147**

SEGURANÇA ALIMENTAR: O DESENVOLVIMENTO ORÇAMENTÁRIO DE UMA POLÍTICA FUNDAMENTAL PARA SOCIEDADE

Eliane Vieira Lacerda Almeida  
Fabiana Aldaci Lanke  
Milton Leonardo Jardim de Souza  
Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues

DOI 10.22533/at.ed.38620090313

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>160</b>
DO DEVER DE CUIDAR DA PROLE E A POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL PROVENIENTE DO ABANDONO AFETIVO DO GENITOR	
<a href="#">Vanuza Pires da Costa</a> <a href="#">Leila Rufino Barcelos</a> <a href="#">Márcia Denise dos Santos Lamas Dalmaso</a> <a href="#">Dhenize Maria Franco Dias</a> <a href="#">Danilo Bezerra de Castro</a> <a href="#">Bruno Vinícius Nascimento Oliveira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38620090314</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>172</b>
LICITAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL COM O ADVENTO DA LEI 12.349 DE 15.12.2010	
<a href="#">Maíra Bogo Bruno</a> <a href="#">Candida Dettenborn</a> <a href="#">Rômulo de Moraes e Oliveira</a> <a href="#">Raphael Lemes Elias</a> <a href="#">Alessandro de Paula Canedo</a> <a href="#">Aloisio Alencar Bolwerk</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38620090315</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>181</b>
LA CONTAMINACIÓN DEL AIRE EN EL MUNICIPIO DE MEDELLÍN Y EL PRINCIPIO DE PREVENCIÓN COMO MEDIDA DE PROTECCIÓN ADMINISTRATIVA EN MATERIA DE SUSTENTABILIDAD	
<a href="#">Gustavo Andrés Cano Cadavid</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38620090316</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>194</b>
SENTENÇAS SUBVERSIVAS: A PRESERVAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	
<a href="#">Tarcísio Germano de Lemos Filho</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38620090317</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>215</b>
LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR NO SETOR DE MINERAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CASO SAMARCO	
<a href="#">Juliana Campos Lopes</a> <a href="#">Jacques Demajorovic</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38620090318</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>228</b>
GOBERNANZA EN LOS ESTADOS CONSTITUCIONALES: ESTADO DE COSAS INCONSTITUCIONAL COMO HERRAMIENTA PARA EL ALCANCE DE LOS OBJETIVOS QUE PERSIGUE LA GOBERNANZA	
<a href="#">Fernando Arcila Castellanos</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38620090319</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>239</b>
ANÁLISE DE AGRUPAMENTO OBTIDOS COM A RELAÇÃO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO	

Mácio Augusto de Albuquerque

Ramylla de Almeida Batista

DOI 10.22533/at.ed.38620090320

**CAPÍTULO 21 ..... 260**

O BOM DÉSPOTA E O BONAPARTISMO – O GOVERNO E A POLÍTICA COMO REPRESENTAÇÃO DO TEATRO DA ERA ELIZABETANA

Mateus Santos Borges

Maurício Rosendo Leandro dos Santos

Vanderlei Souza Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38620090321

**CAPÍTULO 22 ..... 271**

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS E DESEMPENHO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2008-2012: UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA

Fábio Marcelus Silva de Almeida

Lindomar Pinto da Silva

Miguel Angel Rivera Castro

Denise Ribeiro de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.38620090322

**CAPÍTULO 23 ..... 293**

A IMPARCIALIDADE DO JUIZ FRENTE ÀS REDES SOCIAIS E A ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO DO MAGISTRADO

Maíra Bogo Bruno

Vanuza Pires da Costa

Leila Rufino Barcelos

Mateus Bezerra de Castro

Candida Dettenborn

Rômulo de Moraes e Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.38620090323

## DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

**CAPÍTULO 24 ..... 302**

A POLÍTICA AGROAMBIENTAL E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OSVALDO DE OLIVEIRA (RJ)

Paulo Brasil Dill Soares

Andreza Aparecida Franco Câmara

DOI 10.22533/at.ed.38620090324

**CAPÍTULO 25 ..... 316**

AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ - PA: UMA PERSPECTIVA PRELIMINAR CONSIDERANDO INFRAESTRUTURA, TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO

Dorivaldo Rosa França

Terlys de Araújo Silva

Lilian Coelho de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.38620090325

**CAPÍTULO 26 ..... 322**

O ARTESANATO COMO ELEMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO EM



MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS

Thiago de Sousa Santos

Raquel da Silva Pereira

DOI 10.22533/at.ed.38620090326

**CAPÍTULO 27 ..... 328**

UM ESTUDO SOBRE COOPERATIVISMO, ADMINISTRAÇÃO, GOVERNANÇA COOPERATIVA E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E PRIORIDADES PARA A SUSTENTABILIDADE FUTURA

Pedro Luís Büttenbender

Ariosto Sparemberger

Matheus Nonnemacher Büttenbender

Bruno Nonnemacher Büttenbender

Giovana Fernandes Writzl

Alceu Van Der Sand

DOI 10.22533/at.ed.38620090327

**CAPÍTULO 28 ..... 346**

DESAFIOS DA PESQUISA DE GÊNERO NA PESCA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A GESTÃO DE AMPs: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COMUNIDADE DO SUL DO BRASIL

Giovanna Carla Barreto

Isabeli Cristina Gomes Mesquita

Tainah Maria de Souza Lunge

Melina Chiba Galvão

DOI 10.22533/at.ed.38620090328

**CAPÍTULO 29 ..... 359**

O MAPIKO DE MOÇAMBIQUE: DIÁLOGO ENTRE TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Mariana Conde Rhormens Lopes

DOI 10.22533/at.ed.38620090329

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 369**

**ÍNDICE REMISSIVO ..... 370**

## GOBERNANZA EN LOS ESTADOS CONSTITUCIONALES: ESTADO DE COSAS INCONSTITUCIONAL COMO HERRAMIENTA PARA EL ALCANCE DE LOS OBJETIVOS QUE PERSIGUE LA GOBERNANZA

*Data de aceite: 20/02/2020*

### **Fernando Arcila Castellanos**

Maestrando en Ciencia Jurídica por la UNIVALI,  
Maestrando en Derecho Público por la  
Universidad de Caldas-Colombia, Especialista  
en derecho administrativo por la Universidad  
Externado de Colombia. Abogado Universidad  
de Manizales, Personero Municipal de Villamaría  
Caldas- Colombia.

E-mail: fernandoarcilac@hotmail.com.

**RESUMEN:** El presente artículo tiene como objeto analizar el papel de las sentencias de Estado de Cosas Inconstitucional y cuál puede ser su aporte dentro de los procesos que se adelantan al interior de la Gobernanza; así mismo, determinar si la labor que adelanta el Tribunal Constitucional es útil en el alcance de los principios de la buena Gobernanza. La metodología empleada fue lógico-inductiva, a través de investigación bibliográfica. Se encontró que el Tribunal Constitucional, si bien, a través de las sentencias de Estado de Cosas Inconstitucional en algunas ocasiones no logra superar esos problemas estructurales y sistemáticos de desigualdad al interior de los Estados, esa figura es relevante por cuanto mas allá de generar estrategias que

buscan superarlas, en primera medida logra identificarlas, lo cual es un gran aporte a las políticas de Gobernanza. Institución que quizás cuenta con mayores herramientas para erradicarlas.

**PALABRAS CLAVE:** Gobernanza; Gobierno; Estados Constitucionales, Tribunal Constitucional, Estado de Cosas Inconstitucional.

**ABSTRACT:** The purpose of this article is to analyze the role of State Sentences of Unconstitutional Things and what their contribution may be within the processes that are advanced within the Governance; likewise, determine if the work carried out by the Constitutional Court is useful in reaching the principles of good governance. The methodology used was logical-inductive, through bibliographic research. It was found that the Constitutional Court, although, through the State Sentences of Unconstitutional Things, sometimes fails to overcome these structural and systematic problems of inequality within the States, that figure is relevant because beyond generating strategies They seek to overcome them, in the first place they are able to identify them, which is a great contribution to the governance policies. Institution that perhaps

has greater tools to eradicate them.

**KEYWORDS:** Governance; Government; Constitutional States, Constitutional Court, State of Things Unconstitutional.

## 1 | INTRODUCCIÓN

El objetivo de este artículo es investigar si el Estado de Cosas Inconstitucional, que es una figura Colombiana, es una herramienta útil para la políticas de la Gobernanza.

El Problema consiste en que los Gobiernos con la intención de obtener desarrollo económico, no han prestado atención a los problemas de desigualdad que se generan al interior de sus Naciones, por lo cual surge la pregunta. ¿Cómo la institución de Estado de Cosas Inconstitucional puede llegar a ser una herramienta útil para el alcance de los objetivos que persigue la Gobernanza?

Razón, por la cual, el artículo se desarrolla en 3 ítems. El primero trata como la Gobernanza tiene cabida en los Estados Constitucionales y en qué medida logra desarrollar los principios generales del derecho contenidos en la mayoría de las Constituciones modernas.

En el segundo ítem se hace referencia al papel que juega el Tribunal Constitucional dentro de un concepto de Gobernanza y las contribuciones que hace desde el ejercicio de su función.

Y por último, como la institución de Estado de Cosas Inconstitucional puede coadyuvar en los objetivos trazados por la Gobernanza.

El artículo cierra con las consideraciones finales en las cuales son presentados puntos conclusivos que se destacan y se incentiva a los académicos y a los mismos actores de la Gobernanza a dar una mirada a la institución de Estado de Cosas Inconstitucional.

En cuanto a la metodología empleada, en la fase de investigación fue el método inductivo, en la fase de tratamiento de datos el método cartesiano y la relatoría de los resultados expuestos en este artículo fue desarrollada con base lógica-inductiva.

En las diferentes fases de la investigación fueron utilizadas las técnicas referentes, de categorías conceptuales y de investigación bibliográfica.

## 2 | GOBERNANZA EN LOS ESTADOS CONSTITUCIONALES

En la actualidad se entiende el constitucionalismo de una manera diferente, como consecuencia de la positivización en el ámbito constitucional de los principios generales del derecho, sobre todo a partir de lo que se conoce como Estado Social de Derecho. Esa migración de los derechos infra constitucionales como aquellos



provenientes del Derecho Internacional, son ahora el fundamento de constituciones contemporáneas, como ocurre con la Constitución Brasileira de 1988<sup>1</sup>.

Este tipo de principios generales que tuvieron su proceso de concepción en lo que se conoce como la modernidad, tienen un tratamiento que se torna similar, en cuanto a su aplicación y desarrollo al interior de los Estados Constitucionales, como quiera que las demandas transnacionales cada vez toman más fuerza incluso sobre el derecho interno.

Las demandas y las discusiones gubernamentales no se están limitando exclusivamente a temas económicos, la sociedad, las instituciones y los mismos Estados han entendido que los problemas que nos atañen son mucho globales, y que si bien los temas de globalización no deben quedarse en el camino, estos no pueden tener mayor relevancia que aquellos que involucran al ser humano y su entorno, así como lo señalan Marcos Leyte y Pablo Cruz:

Para evitar equívocos de fundo meramente ideológico, certamente que se faz necessário afirmar que as demandas transnacionais não tratam somente de questões relacionadas com a globalização econômica como alguns autores pretendem, e sim com fundamentais questões relacionadas com a sobrevivência do ser humano no planeta<sup>2</sup>.

Por tanto, no es dable entender las constituciones como simples ideales, o anhelos de una sociedad, como quiera que la fuerza vinculante de la constitución garantiza la conservación del ordenamiento jurídico. Esa consolidación constituye una sólida teoría de la supremacía de la constitución, de la defensa del carácter normativo de los principios allí contenidos, la eficacia de los derechos fundamentales, de su interpretación y del reconocimiento que el aparato judicial concretiza esos derechos<sup>3</sup>.

Es allí donde se habla de la necesidad de un Tribunal Constitucional que se encargue de esa tarea, por lo tanto “El tribunal constitucional actúa en su sentido primigenio de defensor y órgano de garantía de la Constitución”<sup>4</sup>.

En esa medida, José da Silva señala que los principios constitucionales en la actualidad:

Constituem-se em normas que fundamentam e sustentam o sistema, as pautas supremas e basilares do ordenamento jurídico de uma dada sociedade. Não som meros programas ou linhas sugestivas às ações do Poder Público ou dos cidadãos, mas sim as vinculam e direcionam, porquanto dotados de eficácia jurídica vinculante<sup>5</sup>.

1 Da Silva, José Sérgio. **Constitucionalismo em Mutação. Sobre o neoconstitucionalismo e a teoria dos princípios constitucionais**. Rio do Sul, Ponta Grossa Lima: Editorial Capa: Nova letra Gráfica e Editora. 2013. p. 45.

2 Leite, Marcos e Cruz, Paulo Márcio. **O judiciário e o discurso dos direitos humanos. O fenômeno dos “Novos” Direitos Fundamentais e as Demandas Transnacionais**. Recife: Editorial Universitária da UFPE. 2011.p. 266.

3 Da Silva, José Sérgio. **Constitucionalismo em Mutação. Sobre o neoconstitucionalismo e a teoria dos princípios constitucionais**. p.p. 46-48.

4 Montilla, José A. **Minoría Política & Tribunal Constitucional**. Madrid: Editorial Trotta. 2002. p.3.

5 Da Silva, José Sérgio. **Constitucionalismo em Mutação. Sobre o neoconstitucionalismo e a teoria dos**

El poder público en principio se encuentra representado por las instituciones de las cuales hace parte el Gobierno. De acuerdo con Alcindo Gonçalves Gobierno se define de la siguiente forma:

O conjunto de pessoas que exercem o poder político e que determinam a orientação política de determinada sociedade, e preciso porem, acrescentar que o poder de governo, sendo habitualmente institucionalizado, esta totalmente associado a noção de Estado (Levi, 1993, p. 533)<sup>6</sup>

Sin embargo, ante problemas estructurales y sistemáticos, especialmente los que tienen que ver con la garantía de los principios constitucionales, la erradicación de las desigualdades y la superación de los estados de vulnerabilidad de algunos grupos poblacionales, los Gobiernos han sido insuficientes en garantizar que dichas políticas tengan la suficiente eficacia, por tanto a nivel global se ha venido hablando de otro tipo de noción llamada Gobernanza.

Esta expresión surgió a partir de finales de la década de 1980, básicamente para designar actividades que generaran reglas de juego encaminadas a garantizar que un mundo conformado por Estados, se gobiernen sin que dispongan de un Gobierno central, actividades que también involucran actores de la sociedad civil, más allá de gobiernos nacionales e internacionales<sup>7</sup>.

Para José Eli Da Vega a Gobernanza se ocupa especialmente en tres temas centrales: “Em suma, há três questões essenciais no debate sobre a governança global do desenvolvimento: a das desigualdades, a das tendências de mudança, e a da sua própria arquitetura organizacional”<sup>8</sup>

Los Estados al ocuparse de otros temas como los económicos, de desarrollo y de emprendimiento, entre otros, ha permitido que las distancias entre grupos vulnerables crezcan cada día más, y con ello aumenten las desigualdades, desconociendo con esto que garantizar lo uno puede conllevar a lo otro, tal y como lo explica Ricardo Abramovay de la siguiente manera:

Por mais que avance a inovação e por mais generosos que sejam os programas de transferência de renda aos mais pobres, se não houver limites na desigualdade de renda, e acesso a bens e serviços e, sobretudo, limites na desigualdade que marca o uso dos recursos materiais, da energia e da ocupação do espaço carbono, se esse limite não atingirá segmentos de maior renda e maior poder, será impossível a convivência entre o avanço no combate à pobreza e a manutenção dos serviços ecossistêmicos dos quais dependem as sociedades humanas<sup>9</sup>

Lo anterior va en contravía de aquellos principios contenidos en los Estados Constitucionales, quienes en sus cartas magnas promulgan fundamentos tendientes a erradicar la pobreza y la marginalización y las desigualdades sociales, así como

**principios constitucionais.** p. 49.

6 Fontoura, José Augusto e Gonçalves, Alcindo. **Governança Global e Regimes Internacionais.** São Paulo: Editorial Casa de Ideias. 2011. p.43.

7 Da Veja, José Eli. **A desgovernança mundial da sustentabilidade.** São Paulo: Editorial 34 Ltda. 2013. p.13.

8 Da Veja, José Eli. **A desgovernança mundial da sustentabilidade.** p.13.

9 Abramovay, Ricardo. **Muito Além da Economia Verde.** São Paulo: Editorial Abril. 2012.p.p. 182-183.

garantizar el principio de la dignidad humana, como es el caso de la Constitución de la República Federativa de Brasil de 1988.<sup>10</sup>

Algunas instituciones del Estado ante tal situación han comenzado a jugar un papel importante en esas políticas de buena Gobernanza, es el caso de los Tribunales Constitucionales, quienes a partir de algunas decisiones han buscado superar esas desigualdades y garantizar los derechos a distintos grupos de los que no se ha ocupado el Estado.

### 3 | EL PAPEL DEL TRIBUNAL CONSTITUCIONAL FRENTE A LA GOBERNANZA

Es importante conocer primero como surgió el Tribunal Constitucional que no sólo se encarga de defender las garantías y los derechos sino también de conservar la integridad de la Constitución.

Para eso, según Montilla el surgimiento del Tribunal Constitucional en Europa tiene unos antecedentes remotos a finales del siglo XIX, en donde fungía como instancia arbitral frente a los conflictos suscitados entre los poderes estatales, de suerte que, eran órganos con antecedente de modelo americano, es decir, con una vinculación exclusiva a la protección de afectaciones de carácter particular<sup>11</sup>.

A manera de ejemplo, podemos observar como en Suiza se impugnaba ante el Tribunal Federal las normas y actos de los cantones, por tanto coexistía con el control concentrado, un control difuso sobre el derecho cantonal a cargo de todos los jueces y tribunales a partir de lo resuelto en el derecho federal<sup>12</sup>.

A partir de la postguerra nació en estricto sentido lo que se conoce como el sistema constitucional europeo, empezando en 1920 en Checoslovaquia y Austria, continuando en España en 1931, sin dejar de destacar lo acaecido en Alemania donde tuvo lugar el más interesante debate de *quién debe ser el defensor de la Constitución* protagonizado por Kelsen y Smith, en el que se haría participe casi toda la doctrina de época. Con ciertos matices en cada uno de estos países, el sistema europeo se caracterizó por la existencia de un órgano jurisdiccional específico, con una autentica función constitucional y cuyas decisiones producían efectos de carácter general y hacia el futuro sobre la validez o no de la norma sometida al control.<sup>13</sup>

Según Botero desde mucho antes de lo que se cree en América Latina ya

10 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Texto consolidado até a EC n. 91/2016. Portal do Senado Federal: Legislação. Brasília, DF. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf) Acesso em: 2 outubro. 2018.

11 Montilla, José A. **Minoría Política & Tribunal Constitucional**. p. 49

12 Julio, Alexei. **Las Ramas ejecutiva y judicial del poder público en la Constitución Colombiana de 1991**. Bogotá: Editorial Universidad Externado de Colombia.2003. p. 7

13 Julio, Alexei. **Las Ramas ejecutiva y judicial del poder público en la Constitución Colombiana de 1991**. p. 8.



había ejercicios diferentes a los europeos sobre la vivencia de la constitución<sup>14</sup>.

La Corte Constitucional Colombiana en sentencia T-406 de 2002<sup>15</sup>, señaló que en el escenario de un Estado Social de Derecho, la ley tiene importancia frente a los principios y las sentencias judiciales, ya que el derecho al no ser capaz de prever todas las circunstancias fácticas debe contar con criterios finalistas (principios) y soluciones concretas (juez), el papel de este último cobra importancia en la intención de obtener efectividad y validez de los contenidos de la carta, también en lo que respecta al control y los límites que este ejerce sobre el poder del ejecutivo y la función legislativa. El juez por ende determina el sentido político de la constitución a través de su interpretación, sus principios y las normas, creando derecho. Todo ello dirigido a generar una buena gobernanza en favor de los asociados.

La buena gobernanza según Alcindo Gonçalves se encuentra al servicio de alcanzar objetivos tales como la promoción de los derechos humanos, la defensa del medio ambiente y la valorización de la democracia. Toda esa construcción se dirige a los Estados Nacionales, especialmente aquellos en desarrollo, a través de la participación de otros actores y agentes no estatales. Al aplicar los mecanismos de gobernanza, se puede lograr que los problemas sociales y económicos sean superados, o al menos sean minimizados ostensiblemente, disminuyendo las situaciones de pobreza y miseria, mejorando el acceso a los servicios de salud y educación, disminuyendo así la violencia para que aumenten en los países la libertad, la justicia, y la equidad<sup>16</sup>.

El papel del Tribunal Constitucional puede contribuir de una manera importante al concepto de buena gobernanza, toda vez que este se erige como una institución de control y de límites al poder, en busca de hacer efectiva la prevalencia y supremacía de la Constitución, haciendo realidad los principios y preceptos allí contenidos.

En ese escenario surge de manera oportuna la posibilidad de hablar de una institución que desde el año de 1997 viene adoptando la Corte Constitucional Colombiana en sus decisiones, que han sido adoptadas por varios Tribunales Constitucionales no sólo de Latinoamérica, sino también por parte de otros países fuera del continente. Figura que precisamente busca: en primer lugar, la identificación de algunas de esas desigualdades y en segundo orden, emanar órdenes al Gobierno, y a todas las instituciones públicas y en ocasiones privadas, para que de manera paulatina sean superadas.

También adquiere gran importancia el tribunal constitucional, como quiera que se convierte, sin lugar a dudas, en un punto de referencia no sólo de los escenarios

14 Botero, Andrés **La interpretación constitucional en América Latina: una denuncia del colonialismo cultural en la dogmática constitucional contemporánea.** En Barbosa Delgado, Francisco (Ed) **Historia del Derecho Público en Colombia.** Bogotá D.C.: Editorial Universidad Externado de Colombia. 2002. pp. 319-345.

15 Corte Constitucional Colombiana. **Sentencia T 406 de 2012.** M. Ponente. José Manuel Rodríguez R. (2012). Disponible: <http://www.corteconstitucional.gov.co/>. Acceso en: Agosto 2015.

16 Fontoura, José Augusto e Gonçalves, Alcindo. **Governança Global e Regimes Internacionais.** p. 32.

político-institucionales, sino además de aquellos intereses indeterminados de la sociedad<sup>17</sup>.

#### 4 | ESTADO DE COSAS INCONSTITUCIONAL COMO PROPUESTA PARA EL ALCANCE DE LOS OBJETIVOS DE LA BUENA GOBERNANZA

El Estado de Cosas Inconstitucional es una institución de origen colombiano, es así que, la Corte Constitucional Colombiana declaró por primera vez un ECI, en el año de 1997<sup>18</sup> al advertir una vulneración a los derechos a la igualdad de unos docentes al no ser afiliados al Fondo Nacional de Prestaciones Sociales del magisterio. En la segunda ocasión<sup>19</sup> la Corte garantizó los derechos pensionales de las personas vinculadas a la Caja de Previsión Nacional (Cajanal). Y la tercera vez,<sup>20</sup> fue al momento de verificar los tratos inhumanos y degradantes que estaba recibiendo las personas recluidas en el sistema penitenciario y carcelario.

El Tribunal Constitucional Colombiano ha reconocido que frente a una situación de amenaza o violación de derechos fundamentales, provocada no sólo por un hecho o un acto en particular, sino por todo un *'estado de cosas'*; o dicho en otras palabras, en un escenario estructural no susceptible de ser superado simplemente por la acción concreta de una entidad o institución específica, es menester impartir órdenes orientadas, precisamente, a superar ese *'estado de cosas'* y a transformarlo, para lograr tener un nuevo estado de cosas, coherente y compatible con el orden constitucional vigente<sup>21</sup>.

Los factores para que se declare un Estado de Cosas Inconstitucional, son los siguientes: i) La existencia de una vulneración sistemática y generalizada de varios derechos constitucionales a un número significativo de personas; ii) la prolongada omisión de las autoridades para adelantar acciones tendientes a proteger y garantizar sus derechos; iii) el desarrollo de prácticas inconstitucionales, como es el caso de tener que acudir a la interposición de la acción de tutela para obtener la garantía del derecho vulnerado; iv) la omisión en la expedición de medidas legislativas, administrativas o presupuestales necesarias para evitar la vulneración de esos derechos; (v) la verificación de un problema social, que obliga la actuación de varias entidades, y que requiere un conjunto complejo de acciones y un esfuerzo

17 Montilla, José A. **Minoría Política & Tribunal Constitucional**. p.24.

18 Corte Constitucional, sentencia **SU 559 de 1997**. M. P. Eduardo Cifuentes Muñoz. Disponible: <http://www.corteconstitucional.gov.co/>. Acceso en: Agosto 2015.

19 Corte Constitucional, sentencia **T-168 de 1998**. M. P. Alejandro Martínez Caballero. Disponible: <http://www.corteconstitucional.gov.co/>. Acceso en: Agosto 2015.

20 Corte Constitucional, sentencia **T-153 de 1998**. M. P. Eduardo Cifuentes Muñoz. Disponible: <http://www.corteconstitucional.gov.co/>. Acceso en: Agosto 2015.

21 Corte Constitucional, sentencia **T-388 de 2013**. M. P. María Victoria Calle Correa. Disponible: <http://www.corteconstitucional.gov.co/>. Acceso en: Agosto 2015.

presupuestal relevante. (vi) si dado el supuesto de que todas las personas afectadas acudieran a la acción de tutela, se presentaría una alta congestión judicial<sup>22</sup>.

Actualmente en varios países viene siendo adoptado dicha institución, es el caso de Argentina, Estados Unidos, India, África del Sur<sup>23</sup>, lo que quiere decir que instituciones que fueron concebidas en algunos países puede ser de aplicación en otros, ello gracias a la transnacionalización que para Roberto Tomaz es la superación de un Estado Constitucional moderno, es decir, nacional, que sirve para reunir todos los actos o hechos que trascienden fronteras nacionales, posibilitando el surgimiento de lo que puede denominarse como derecho transnacional<sup>24</sup>

En el caso de Brasil, por ejemplo, la institución de Estado de Cosas Inconstitucional fue adoptada por el Tribunal Superior Federal, de manera reciente, en donde declaró la crisis carcelaria del sistema penitenciario Brasileño, al advertir graves, generalizadas y sistemáticas violaciones de los derechos de la población carcelaria, emanando ordenes tanto al ejecutivo como a los jueces y tribunales tendientes a superar el Estado de Cosas identificado.<sup>25</sup>

La institución de Estado de Cosas Inconstitucional, si bien, no ha logrado solucionar de manera inmediata y definitiva falencias estructurales y sistemáticas en cuanto al desarrollo de políticas públicas que generan como consecuencia la afectación de derechos de algunos grupos poblacionales, provocando altos índices de desigualdad. Al menos a partir de su reconocimiento no sólo ha incentivado al gobierno para que cumplan con las obligaciones allí emanadas, sino que también ha provocado en la sociedad civil y en diferentes ONGs la motivación de trabajar y apoyar en el desarrollo de políticas que permitan superar esas desigualdades y garantizar el efectivo ejercicio de los derechos constitucionales.

Por tanto, se torna importante esta institución, no sólo por la acogida internacional que ha venido teniendo, siendo replicada en varios países, como es el caso de Brasil, sino además por su capacidad de identificar esas desigualdades y generar estrategias que permitan superarlas, algo similar a los objetivos que persigue la Gobernanza.

Sería interesante entonces que en los escenarios donde se discute la gobernanza, se llevaran a colación este tipo de decisiones locales, que en ocasiones trascienden a lo internacional, toda vez que a partir de la aplicación de las políticas de Gobernanza sería mucho más fácil lograr esos cometidos, para tener cada vez

---

22 Corte Constitucional, **sentencia T-025 de 2004**. Magistrado Ponente Manuel José Cepeda Espinoza. Disponible: <http://www.corteconstitucional.gov.co/>. Acceso en: Agosto 2015.

23 Silva, Andrey. Estado de Coisas Inconstitucional: uma nova fórmula de atuar do STF Disponível: [http://ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=16813](http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16813). Acceso en: 24 Agostos 2018.

24 Tomaz, Roberto. **Constitucionalismo em Mutação. Transnacionalidade: uma proposta à Globalização Hegemônica**. Rio do Sul, Ponta Grossa Lima: Editorial Capa: Nova letra Gráfica e Editora. 2013. p. 223.

25 Tribunal Superior Federal de Brasil **STF (na ADPF nº 437/DF)** 2015. Disponível: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/texto\\_311466698%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/texto_311466698%20(1).pdf) Acceso en: 24 Agostos 2018.

más Gobernanza y menos Gobierno.

## 5 | CONSIDERACIONES FINALES

Una vez abordada la institución de Estado de Cosas Inconstitucional, que como se habló es una figura de creación de la Corte Constitucional Colombiana, y que en sus más de 20 años de existencia ha logrado declarar y evidenciar varias desigualdades acaecidas de manera sistemática y estructural en el territorio Colombiano, emanando órdenes tendientes a la generación de políticas públicas que lleven a la superación de estas, y tras explorar los conceptos y principios que rigen la Gobernanza. Es preciso hacer las siguientes consideraciones:

Nuestros Estados Constitucionales contienen en sus Cartas Políticas, una serie principios y normas que no sólo buscan la organización y el desarrollo Estatal, sino que también tienen como fin la promoción y protección de los derechos de sus habitantes.

Una buena Gobernanza tiene que tener en cuenta no sólo a los Estados, sino a todos aquellos actores que son relevantes al interior de una Nación, en esa medida cobra mucha importancia la sociedad civil, las ONGs, las empresas y muchos más, que con sus prácticas no sólo contribuyen al desarrollo, sino que también son capaces de realizar trascendentales aportes para la generación de políticas públicas.

Esos objetivos también son perseguidos por algunos órganos del Estado, que precisamente no pertenecen al ejecutivo, o como se le denominó en este trabajo al Gobierno. Es el caso de los Tribunales Constitucionales, que a través del ejercicio de su función, y a partir de la utilización de instituciones como el Estado de Cosas Inconstitucional, declaran y reconocen la gran cantidad de desigualdades al interior de sus Estados, y si bien sus sentencias en ocasiones no son una solución de fondo a esas problemáticas, al menos ha promovido que mediante la visualización de las mismas, el Gobierno, pero especialmente otros actores no gubernamentales generen estrategias ya sea individualmente o a través de los Gobiernos que permitan cambios eficaces en las realidades.

Es menester continuar estudiando instituciones que procuran superar las desigualdades como el Estado de Cosas Inconstitucional y la Gobernanza. Lo cual permitirá no sólo fortalecer el ámbito académico, sino también que se generen las estrategias que puedan garantizar unas mejores condiciones al ser humano y su entorno.

## REFERENCES

- Abramovay, Ricardo. **Muito Além da Economia Verde**. São Paulo: Editorial Abril. 2012.p.p. 182-183.
- Botero, Andrés **La interpretación constitucional en América Latina: una denuncia del colonialismo cultural en la dogmática constitucional contemporánea**. En **Barbosa Delgado, francisco (Ed) Historia del Derecho Público en Colombia**. Bogotá D.C.: Editorial Universidad Externado de Colombia. 2002. pp. 319-345.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Texto consolidado até a EC n. 91/2016. Portal do Senado Federal: Legislação. Brasília, DF. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf) Acesso em: 2 outubro. 2018.
- Corte Constitucional, sentencia **SU 559 de 1997**. M. P. Eduardo Cifuentes Muñoz. Disponible: <http://www.corteconstitucional.gov.co/>. Acceso en: Agosto 2015.
- Corte Constitucional, **sentencia T-153 de 1998**. M. P. Eduardo Cifuentes Muñoz, Disponible: <http://www.corteconstitucional.gov.co/>. Acceso en: Agosto 2015.
- Corte Constitucional, **sentencia T-168 de 1998**. M. P. Alejandro Martínez Caballero. Disponible <http://www.corteconstitucional.gov.co/>. Acceso en: Agosto 2015.
- Corte Constitucional, **sentencia T-025 de 2004**. M. P. Manuel José Cepeda Espinoza. Disponible: <http://www.corteconstitucional.gov.co/>. Acceso en: Agosto 2015.
- Corte Constitucional, **sentencia T 406 de 2012**. M. P. José Manuel Rodríguez R. Disponible: <http://www.corteconstitucional.gov.co/>. Acceso en: Agosto 2015.
- Corte Constitucional, **sentencia T-388 de 2013**. M. P. María Victoria Calle Correa. Disponible: <http://www.corteconstitucional.gov.co/>. Acceso en: Agosto 2015.
- Da Silva, José Sérgio. **Constitucionalismo em Mutação. Sobre o neoconstitucionalismo e a teoria dos princípios constitucionais**. Rio do Sul, Ponta Grossa Lima: Editorial Capa: Nova letra Gráfica e Editora. 2013. p. 45.
- Da Veja, José Eli. **A desgovernança mundial da sustentabilidade**. São Paulo: Editorial 34 Ltda. 2013. p.13.
- Fontoura, José Augusto e Gonçalves, Alcindo. **Governança Global e Regimes Internacionais**. São Paulo: Editorial Casa de Ideas. 2011. p.43.
- Julio, Alexei. **Las Ramas ejecutiva y judicial del poder público en la Constitución Colombiana de 1991**. Bogotá: Editorial Universidad Externado de Colombia.2003. p. 7
- Leite, Marcos e Cruz, Paulo Márcio. **O judiciário e o discurso dos direitos humanos. O fenômeno dos “Novos” Direitos Fundamentais e as Demandas Transnacionais**. Recife: Editorial Universitária da UFPE. 2011.p. 266.
- Montilla, José A. **Minoría Política & Tribunal Constitucional**. Madrid: Editorial Trotta. 2002. p.3.
- Silva, Andrey. Estado de Coisas Inconstitucional: uma nova fórmula de atuar do STF Disponível: [http://ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=16813](http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16813). Acesso em: 24 Agostos 2018.
- Tribunal Superior Federal de Brasil **STF (na ADPF nº 437/DF)** 2015. Disponível: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/texto\\_311466698%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/texto_311466698%20(1).pdf) Acesso em: 24 Agostos 2018.



Tomaz, Roberto. **Constitucionalismo em Mutação. Transnacionalidade: uma proposta à Globalização Hegemônica**. Rio do Sul, Ponta Grossa Lima: Editorial Capa: Nova letra Gráfica e Editora. 2013. p. 223.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Abandono afetivo 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Administração 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 27, 29, 37, 38, 41, 46, 47, 48, 49, 52, 56, 57, 113, 117, 122, 134, 143, 145, 154, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 204, 209, 210, 212, 227, 265, 307, 318, 322, 328, 329, 330, 331, 342, 363

Amizade íntima 294, 298, 299, 300

Áreas marinhas protegidas 346, 347, 350, 355

Argumentação 140, 194, 195, 208, 209, 308

Arranjos institucionais 26, 28, 29, 30, 37, 124, 133, 136, 344

Artesanato 322, 323, 324, 326, 327

Assentamento Osvaldo de Oliveira 302, 309

Austeridade fiscal 147, 148, 155

### B

Bibliometria 48

Burocracia 1, 2, 3, 8, 10, 13, 14, 18, 21, 22, 24, 25, 70, 131, 265

Burocratas 1, 3, 9, 10, 11, 21, 22

### C

Carga tributária 113, 239, 240, 242, 243, 244, 246, 249, 250, 257, 258, 259

Comunicação 28, 32, 33, 36, 39, 44, 59, 60, 62, 65, 108, 112, 123, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 152, 217, 241, 264, 295, 296, 314, 336, 337, 338, 343, 362, 363, 364

Conflitos socioambientais rurais 302, 303

Conservação ambiental 172

Constituição 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 19, 23, 71, 77, 94, 114, 118, 121, 128, 142, 143, 144, 147, 148, 151, 165, 166, 170, 174, 180, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 232, 237, 241, 259, 274, 296, 297, 300, 303, 305, 310, 332, 334, 344

Contabilidade Pública 46, 47, 48, 49, 50, 57, 58

Contaminación del aire 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192

Contemporaneidade 97, 98, 359, 360, 367

Controle 10, 20, 23, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 57, 65, 81, 100, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 126, 127, 129, 130, 134, 140, 156, 194, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 225, 264, 279, 280, 281, 282, 286, 291, 309, 327, 337, 345, 347, 363

Cooperativismo 122, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345

Cultura Política 203, 260

Custo no setor público 46, 48, 52, 53, 54, 55, 56

## D

Dano moral 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Degradação 11, 172, 179

Deliberação 124, 151

Derechos colectivos 181, 188

Desafios epistemológicos 346, 350

Desempenho eleitoral 271, 273, 275, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 290, 292

Desenvolvimento Humano 41, 44, 88, 93, 239, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 255, 256, 257, 258, 288, 328, 331, 340

Desenvolvimento Local 154, 322, 323, 326, 327, 335

Documentos 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 105, 121, 122, 127, 131, 147, 158, 178, 225, 296, 303, 332, 353

## E

Educação 41, 42, 54, 55, 70, 86, 87, 88, 91, 95, 97, 98, 99, 122, 136, 137, 146, 154, 155, 163, 164, 222, 239, 240, 244, 247, 257, 258, 283, 288, 322, 332, 333, 336, 337, 338, 341, 342, 343, 345, 349, 366

Envelhecimento 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 124, 136, 369

Estabilidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 28, 31, 115, 195

Estado 2, 3, 7, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 47, 49, 52, 61, 68, 73, 79, 81, 84, 88, 89, 101, 103, 107, 115, 116, 118, 121, 131, 132, 139, 140, 141, 142, 145, 151, 165, 166, 167, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 183, 184, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 206, 208, 209, 211, 213, 216, 219, 222, 224, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 242, 246, 250, 252, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 275, 276, 279, 282, 286, 287, 290, 292, 298, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 310, 311, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 324, 325, 327, 359, 363, 365

Estado-consumidor 172, 173, 175, 179

Estado de Cosas Inconstitucional 228, 229, 234, 235, 236

Estados Constitucionales 228, 229, 230, 231, 236

## F

Feminicídio 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

Financiamento de campanha 271, 273, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 289, 291, 292

Flexibilização 1, 3, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 24

## G

Gênero 63, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 79, 80, 82, 83, 151, 265, 280, 282, 286, 287, 292, 335, 346, 347, 348, 349, 350, 352, 354, 355, 356, 357

Geração de renda 113, 114, 116, 117, 120, 222, 240, 257, 323, 330

Gestão de documentos 26, 28, 35  
Gestão pesqueira 346, 349, 350, 358  
Gestão Social 123, 124, 125, 127, 128, 133, 136, 137  
Gobernanza 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236  
Gobierno 228, 231, 233, 235, 236  
Governo 1, 3, 5, 8, 9, 11, 12, 32, 33, 39, 40, 65, 115, 116, 117, 121, 133, 134, 139, 140, 147, 151, 156, 157, 173, 175, 179, 180, 198, 199, 225, 231, 242, 243, 244, 247, 248, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 273, 275, 276, 287, 288, 290, 292, 306, 310, 317, 318, 319, 337, 357, 362, 363  
Grupos vulneráveis 148, 149, 151  
Guerra Fiscal 113, 114, 115, 117, 118, 121, 122

## I

IDH 41, 239, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259  
Imigração na União Europeia 100  
impacto socioambiental 215, 225  
Imparcialidade 210, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300  
Incentivos fiscais 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 278  
Indenização 15, 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169  
Iniquidade étnico-racial 63, 64, 70  
Interseccionalidade 72, 79, 82

## J

Jurisdição 194, 208, 211, 298

## L

Legislación 181, 183  
Legitimidade 29, 75, 198, 201, 215, 218, 219, 314  
Licença Social para Operar 215, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 226, 227  
Licitações públicas sustentáveis 172, 176  
Limites 7, 15, 43, 98, 108, 194, 196, 211, 217, 225, 231, 274, 361, 362, 366

## M

Magaldi 260, 265, 267, 268, 269, 270  
Masculinidade 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85  
Medio ambiente 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 233  
Minas Gerais 1, 26, 27, 30, 32, 33, 37, 38, 167, 170, 219, 220, 251, 256, 322, 323, 324, 325, 327  
Mobilidade transnacional 100, 101, 102, 103, 107, 108, 110  
Moçambique 359, 360, 361, 362, 363, 368

## N

Nutrição 147, 148, 347

## P

Políticas Públicas 10, 11, 21, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 60, 62, 63, 65, 68, 70, 80, 86, 98, 99, 121, 122, 123, 124, 126, 136, 137, 139, 140, 145, 147, 148, 149, 152, 155, 156, 159, 175, 191, 235, 236, 241, 246, 247, 248, 249, 251, 256, 257, 258, 259, 277, 303, 304, 317, 318, 320, 323, 330, 334, 337, 338, 341, 348, 355, 369

Políticas Sociais Efetivas 239

Princípio de prevenção 181, 182, 183, 188, 189

Processos de Participação 124

Projeto de Desenvolvimento Sustentável 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 312

## R

Racismo 68, 72, 73, 77, 79, 80, 81, 82, 83

Rede de atendimento 39, 40, 41, 42, 44

Redes Sociais 129, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300

Reforma agrária 150, 153, 302, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 317

Representação 74, 75, 76, 77, 82, 198, 260, 261, 262, 267, 269, 292, 313, 328, 331, 333, 334, 335, 337, 340, 341, 349, 362, 363

Resíduos sólidos 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 178

Risco 26, 28, 39, 44, 78, 82, 116, 210, 215, 219, 223, 224, 226, 298

## S

Securitização da imigração 100, 111

SEI-MG 26, 27

Sistemas de Gestão Eletrônica 26

Software 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38

Suspeição do Juiz 294, 298

Sustentabilidade 138, 146, 148, 175, 176, 178, 179, 191, 193, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 225, 226, 231, 237, 305, 306, 320, 328, 329, 330, 331, 335, 337, 338, 340, 341, 342, 343, 347

## T

Teatro africano 359, 368

Teatro moçambicano 359, 361, 364, 365, 366

Teoria da Escolha Pública 271, 273, 275, 282, 289, 290, 291, 292

Tradição 195, 202, 210, 269, 326, 327, 359, 360, 361, 366, 367

Tribunal Constitucional 228, 229, 230, 232, 233, 234, 237

## V

Velhice 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99

Violência 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 106, 109, 224, 256, 257, 265, 312, 369

Violência contra a mulher 63, 64, 65, 68, 70, 80, 84

Vulnerabilidade 68, 78, 81, 131, 147, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 215, 219, 225, 353



 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**